



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

**REFLETINDO O CONCEITO DE MISCIGENAÇÃO  
NO BRASIL**

**ELISANGELA ALVES DE MORAIS FERREIRA**

**GUARABIRA – PB  
2012**

**ELISANGELA ALVES DE MORAIS FERREIRA**

**REFLETINDO O CONCEITO DE MISCIGENAÇÃO  
NO BRASIL**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia sob orientação da Professora Dra. Ivonildes da Silva Fonseca.

GUARABIRA – PB  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

F383r

Ferreira, Elisangela Alves de Moraes

Refletindo o conceito de miscigenação no Brasil /  
Elisangela Alves de Moraes Ferreira. – Guarabira: UEPB,  
2012.

25f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Ivonildes da Silva Fonseca”.

1. Cultura Afro-Brasileira 2. Miscigenação  
3. Educação I. Título.

22.ed. CDD 305.8

**ELISANGELA ALVES DE MORAIS FERREIRA**

**REFLETINDO O CONCEITO DE MISCIGENAÇÃO  
NO BRASIL**

Aprovada em 02 de julho de 2012

**BANCA EXAMINADORA**

*Ivonildes da Silva Fonseca*

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca

(Orientadora)

*Waldeci Ferreira Chagas*

Prof.<sup>o</sup>. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

(Examinador)

*Bethânia Maria de Lira*

Prof.<sup>a</sup>. Msa. Bethânia Maria de Lira

(Examinadora)

GUARABIRA – PB  
2012

Dedico este trabalho à todos que sempre estiveram torcendo pelo meu crescimento, tanto na vida acadêmica como na vida pessoal, apoiando e principalmente acreditando em mim. Meu esposo Demetrio, minha família e meus amigos.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata a minha orientadora, professora Ivonildes da Silva Fonseca. Graça a sua parceria, pude vivenciar minhas próprias etapas de leitura e escrita, durante o processo de pesquisa acadêmica.

Obrigada pelas sugestões, Além da paciência e do incentivo na confecção deste trabalho.

Aos professores que fizeram parte da banca, professor Waldeci e a professora Bethânia pela disponibilidade em contribuir para este trabalho.

Agradeço a todos os professores que passam pelo curso de pedagogia, deixando seus ensinamentos, suas contribuições na minha formação acadêmica e também na minha formação como pessoa, por que cada um deles deixou um pouco de si.

Quero fazer um agradecimento especial ao professor Luis Tomas Domingos, que muito me ajudou em busca do conhecimento. Suas orientações me ajudaram muitos na construção deste trabalho.

Aos amigos que fiz durante o curso, em especial aqueles que estiveram ao meu lado, me apoiando e ajudando em todos os momentos (Alice Deyse, Erigra, Marcela, Josaiane, Joice, Jussara e Alexsandra) a vocês meus sinceros agradecimentos por todos os momentos que estivemos juntas durante esses cinco anos, amizade que ultrapassou as barreiras da UEPB e levei para minha vida. Sem vocês ao meu lado certamente o caminho seria mais difícil e estressante. Muito obrigada pelas palavras de apoio e pelas gargalhadas.

A meu esposo Demetrio Ferreira, pelo seu companheirismo e compreensão nos momentos difíceis. Pelo seu carinho, sua paciência, seu apoio e principalmente seu amor.

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos da minha cidade e meus familiares, pelo carinho e pela compreensão nos momentos em que a dedicação aos estudos foi exclusiva, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado meu eterno agradecimento.

Quero agradecer principalmente a Deus, aquele que me concedeu a graça de está concluindo mais uma etapa da minha vida, pois sem ele nada teria sentido.

## **RESUMO**

Este artigo tem a finalidade de apontar as influências que alguns dos pensadores brasileiros tiveram na questão da mestiçagem no final do século XIX e início do século XX. Reflete também da importância da Educação como ferramenta principal para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, buscando apoio na Constituição Federal de 1988, na Lei 9394/96 e Lei 10.639/03 ressaltando do direito que todos têm ao conhecimento intelectual com a finalidade de sua emancipação como ser humano mais consciente de sua história. Portanto dentro desta concepção questiono-me o preconceito que as pessoas construíram durante todo esse tempo e do lento processo de ruptura sobre este conceito de miscigenação. Esta pesquisa está sendo efetuado sob um olhar reflexivo no processo de Educação das pessoas. Em suma elaborei o presente artigo com uma discussão sobre o conceito de miscigenação e selecionei alguns dos presentes representantes do pensamento social brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Miscigenação. Emancipação. Cultura Afro-brasileira. Educação.

## **ABSTRACT**

This article has the purpose of the influences that some of the Brazilian thinkers had in the subject of the crossbreed in the end of the century XIX and beginning of the century XX pointing. He/she also contemplates of the importance of the Education as main tool for the teaching of the history and Afro-Brazilian and indigenous culture, looking for support in the Federal Constitution of 1988, in the Law 9394/96 and Law 10.639/03 standing out of the right that everybody has to the intellectual knowledge with the purpose of its emancipation as human being more conscious of its history. Therefore inside of this conception I question myself the prejudice that the people built during that whole time and of the slow rupture process on this miscigenation concept. This research is being made under a reflexive glance in the process of the people's Education. In highest I elaborated the present article with a discussion on the miscigenation concept and I selected some of the present representatives of the Brazilian social thought.

**WORD-KEY:** Miscigenation. Emancipation. Afro-Brazilian culture. Education.



## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Iniciando uma discussão sobre o conceito de miscigenação .....</b>	<b>11</b>
<b>2. A mestiçagem nos principais pensadores brasileiros dos séculos XIX e XX .....</b>	<b>14</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>23</b>
<b>Referências .....</b>	<b>25</b>

## **REFLETINDO O CONCEITO DE MISCIGENAÇÃO NO BRASIL**

**ELISANGELA ALVES DE MORAIS FERREIRA**

### **Introdução**

Este artigo tem a finalidade de apontar as influências que alguns dos pensadores brasileiros tiveram na questão da mestiçagem no final do século XIX e início do século XX. Trazendo as suas contribuições nesse processo histórico e formação do pensamento e ações do povo brasileiro, principalmente da elite, mantendo uma herança de hierarquia entre os povos com posição de superioridade para os brancos e inferioridade para os negros promovendo até hoje um racismo exacerbado e uma democracia racial mentirosa.

Na minha argumentação busco apoio na Constituição Federal de 1988 na afirmação de que é dever do Estado promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e assim deve ser observado de que todos são iguais perante a lei, bem como também devem ter o direito à educação, e nessa linha qualquer ser humano no Brasil tem o direito de obter o seu crescimento intelectual e humano independentemente qual seja a sua cor ou classe social, conforme pode ser encontrado no Artigo 26-A da Lei 9394/96 (BRASIL. LDB 9394/96) assim fica respaldado o que está previsto na Lei 10.639/03 na obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O que está dito na lei 10.639/03 deixa evidente que só através do conhecimento da história e da cultura é possível trabalhar na emancipação do povo, na esperança de formar seres humanos dos mais variados grupos (negros, brancos, indígenas e asiáticos) mais conscientes acerca de atos sobre o preconceito racial e do processo de miscigenação no nosso Brasil.

Quando comecei os meus estudos acadêmicos não tinha ideia do que era ser afrodescendente. Todos os outros anos anteriores ao meu ingresso na Universidade não

foram apresentados assuntos relacionados à questão do negro no Brasil de forma positiva. Minha vida estudantil nos ensinos fundamental e médio sempre foram em escolas públicas e nunca foi falado sobre os negros como contribuidores da nossa história, mas sim quando era falado se colocava como escravos, ou seja, escravizados, uma classe que servia aos burgueses e trabalhavam no pesado.

Na universidade tive a oportunidade de estudar a disciplina Educação e Multiculturalismo com o professor Luís Tomas Domingos, e foi a partir desse momento que as minhas inquietações a respeito da minha identidade étnica começaram a surgir. Muitas dúvidas iam aparecendo à medida que me aprofundava no assunto.

Na primeira aula de Educação e Multiculturalismo ministrada pelo referido professor, o mesmo nos questionou sobre a nossa cor, se seríamos branco, preto ou amarelo, eu fiquei a pensar: de que cor realmente eu sou? Na verdade é difícil pensar em relacionar estas cores com a nossa cor de pele, porque nem uma delas na realidade, se levar ao pé da letra, faz jus a nossa cor. Este questionamento foi importante e fundamental para que a minha reflexão se expandisse para o tema sobre o multiculturalismo no Brasil e da ideia de que o brasileiro não sabe a verdadeira história do nosso País, e que a maioria só sabe aquela que é contada através de alguns livros que seguem uma linha eurocêntrica, e lá não mostra a importância da diversidade cultural nem tão pouco da mestiçagem.

Desde então eu comecei a gostar mais do assunto e ver que muitas coisas foram encobertas e o que foi transmitido como verdade, especialmente na escola, não passou de uma grande mentira. Ao olharmos para o nosso Brasil vemos a grande nação de afro-brasileiros que vem se formando desde os primeiros séculos do início da escravidão. Esse grande conjunto pode ser observado seguramente através das várias características físicas e culturais encontradas no nosso povo. Todos nós temos descendentes que certamente desconhecemos, mas mesmo com esse desconhecimento, sabemos que somos sem dúvida uma população composta por pessoas negras, indígenas e brancas. Infelizmente nos ensinaram a não pensar, a não indagar sobre este assunto, mas lentamente o Brasil está entrando no processo de ruptura com a mentalidade eurocêntrica e com a elaboração de novos conceitos vão se construindo e invertendo velhos conceitos e alguns dos conceitos vão sendo “implodidos” /desconstruídos.

## 1 Iniciando uma discussão sobre o conceito de miscigenação

O ser humano não vive sozinho no mundo e nunca viveu, haja vista o princípio sociológico do ser societário fundamentado pela filosofia. Assim, o contato na sociedade de uns com os outros é o que nos faz plural em qualquer aspecto da cultura, a exemplo da religião, da linguagem, etc. É desse contato que surge a miscigenação biológica ou cultural. Ainda pode ser dito que o contato gera o preconceito seja ele qual for e este se manifesta de várias formas. O processo de comunicação entre os seres humanos é uma das formas também de obtermos o conhecimento, por que quando eu vivo e convivo em sociedade posso formar pensamento crítico, emoção, curiosidade, desejo, etc. Assim como Paulo Freire já falava,

[...] vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou á experiências de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil. (FREIRE, 1996, p134).

A questão da mestiçagem é uma discussão tão antiga quanto atual e no Brasil muitos estudiosos têm pesquisas ou as vêm desenvolvendo desde o final do século XIX até os dias de hoje, tentando mostrar como aconteceu e acontece a mestiçagem existente no nosso Brasil. Apesar de muitos pesquisadores, fico curiosa e interrogo o que será que a população realmente sabe sobre a mestiçagem? Quais são os sujeitos protagonistas dessa história? Encontramos a palavra mestiço e muitas opiniões de muitos leigos sobre o que é ser mestiço no Brasil, ou seja, não sabe quem são nem quais suas raízes, sua importância e valor como ser humano na construção do Brasil miscigenado.

O Brasil é constituído de negros, índios, brancos e asiáticos. Estas identidades se misturaram e transformaram o cenário do nosso país com a presença de mestiços, mas estes não são aceitos pelos brancos e muitas vezes até mesmo pelos próprios negros por que o preconceito racial se volta para todos os que não são considerados brancos.

Todo o processo de contato entre os diversos povos no Brasil, durante vários séculos, deixou marcado o poder do processo de branqueamento. O processo de branqueamento pode ser entendido no plano físico e no plano cultural. No físico houve muitos investimentos de misturar pessoa branca com a negra para que houvesse o embranquecimento da sociedade. As tentativas foram muito fortes mais fracassaram

principalmente após a abolição da escravidão quando o governo da república fomentou a imigração europeia.

O branqueamento cultural, porém, o que ocorre através dos mecanismos psicológicos ficou introjectado no inconsciente dos negros e mestiços e isso pode ser percebido com o poder da cor dominante – a branca, que foi trabalhada como a cor da perfeição, a cor da beleza, a cor da superioridade.

Qualquer que seja a tentativa de identificar a mestiçagem no Brasil, encontrará dificuldades por que alguns mestiços se negam acreditando terem identidade branca, por julgarem que ao se identificar por esta cor, esta lhes dará superioridade. (MUNANGA, 2008, pp. 15,16).

O fato das pessoas se afastarem da identidade negra ou mestiça ocorre por serem tão negadas diante da sociedade branca. Ao serem e se sentirem inferiorizadas esquecem ou não veem como fortes, muitas vezes, as suas vitórias como, por exemplo, a de *Zumbi dos Palmares que se fez herói negro dos brasileiros*, bem como também a vitória de encontrarmos hoje vivo o ser negro com sua cultura, religião, dança, arte e música herdadas por seus antepassados e escondida muitas vezes através do sincretismo religioso. (MUNANGA, 2008, p. 15).

A negação da identidade dos negros e mestiços é grande, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45% da população brasileira (cerca de 80 milhões) é composta de negros (pretos e pardos). Sua distribuição entre as diferentes camadas sociais, contudo, está longe de ser equilibrada: entre os 10% mais pobres da população brasileira, 70% são negros, e entre o 1% mais rico, apenas 8% são negros. Essa desigualdade tem implicações importantes para se pensar a questão racial no Brasil. (ALBERT; PEREIRA, 2005, p. 1).

O racismo no Brasil guarda especificidades em relação a outros países, como a África do Sul e os Estados Unidos, pelo fato de que aqui, não ser declarado e por isso é dito mascarado, cordial. Isso faz com que o movimento negro no Brasil também seja específico, embora tenha recebido influências das lutas pela libertação nos países africanos e pelos direitos civis nos EUA.

O grande desafio do movimento negro brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, foi enfrentar o “mito da democracia racial”, que ganhou força principalmente após a publicação do clássico *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933. Segundo esse mito, as relações raciais no Brasil seriam harmoniosas e a miscigenação seria a contribuição brasileira à civilização do planeta. Seguindo essa

linha de pensamento, como não haveria preconceito de raça no Brasil, o atraso social do negro dever-se-ia exclusivamente à escravidão (e não ao racismo). Completa esse argumento o fato de as Constituições brasileiras elaboradas a partir da abolição da escravidão nunca terem diferenciado os cidadãos por raça ou cor, ao contrário do que acontecia nos EUA e na África do Sul.

Em não sendo declarado, o racismo provocou uma busca para que se soubesse como lutar contra o racismo se o racismo “não existia”? – esse era um dos principais problemas que se apresentavam aos militantes do movimento negro na década de 1970. E mesmo com legislação e trabalhos que afirmem a existência do racismo no Brasil este continua mascarado e difícil de ser combatido.

Essa dificuldade encontrada pelos os movimentos negros só será enfrentada de forma coletiva e organizada em busca da sua identidade, e havendo a unidade de conscientização. Só assim conseguiremos mobilizar esta luta. Esta conscientização é tão importante porque o Brasil é plural e de múltiplas identidades culturais e as pessoas precisam ter conhecimento de fato desta realidade. (MUNANGA, 2008, p.16).

Para que todos tenham esse conhecimento não se tem o melhor caminho se não pela Educação gratuita e de boa qualidade. O conhecimento será a ferramenta para a construção de um saber emancipador e fará do povo a base da transformação de uma história alienada, por que o conhecimento fortalece os movimentos que vão à busca de seus interesses e direitos. O conhecimento contribui para que o sujeito tenha o poder de construir suas próprias idéias. Este processo é muito lento, mas sinto que já está se firmando nos espaços acadêmicos, isto significa que o primeiro passo já está sendo dado, o ser humano como conhecedor de sua verdadeira história racial, branca ou negra, indígena ou mestiça.

Retomando a Constituição Federal de 1988 nos seus artigos 3 e 5, são objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Na questão dos Direitos e deveres individuais ou coletivos todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL. Constituição Federal, 1988). Entretanto tendo em vista esses objetivos a educação ainda precisa necessariamente de uma visão crítica da história, capaz de construir um plano geral de educação visando uma cultura ampla e diversificada

construindo uma concepção de educação natural e integral nos indivíduo, e que respeite à personalidade de cada um sem olhar cor, raça ou religião.

Da educação gratuita e de qualidade que está garantida pela Constituição Federal de 1988 e que pode ser vista no artigo 6, pois o direito a educação é direito fundamental a todos os cidadãos brasileiros. É através da educação que vamos conscientizar o povo brasileiro do seu pluralismo cultural e de que é preciso lutar contra este cenário de opressão e racismo.

Na lei 9394/96, artigo 26 parágrafo 4, diz que é de responsabilidade do sistema de ensino, o ensino da História do Brasil levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Mas esta responsabilidade do sistema de ensino, fica difícil isto acontecer na realidade e é por isso que a Lei 10.639/03 vem para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, no ensino fundamental e médio e estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnicorraciais no Brasil.

Dessas iniciativas do governo brasileiro vemos a ação de grupos da sociedade ao longo do processo histórico acreditando que é através da Educação que podemos entender como foi escrita e difundida a história social do Brasil especialmente na questão da mestiçagem. Os grupos sociais valorizam o caminho pela Educação por entenderem que este é muito importante para poder haver uma convivência social sem preconceitos, sem discriminação racial.

## **2 A mestiçagem nos principais pensadores brasileiros dos séculos XIX e XX.**

O conceito de miscigenação é geralmente relacionado ao processo biológico e a partir da discussão em torno da origem do caráter nacional o texto escrito por Ricardo Cavalcante demonstra que hoje, os biólogos já descartaram o próprio conceito de raça e que os pesquisadores sabem que há tantas variações genéticas em um grupo com traços físicos em comum que a noção de raça perdeu seu sentido, e para fazer o rastreamento da herança genética é feito por meio de análise do DNA.

No Brasil, o principal mapeamento de nossos mais de 500 anos de miscigenação é comandado pelo geneticista Sérgio Danilo Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais. Após pesquisar mais de 300 amostras genéticas de brasileiros de diversas regiões do país, isolando os traços praticamente inalteráveis transmitidos de pai e mãe para filho e filha durante séculos, os pesquisadores mineiros tiveram algumas surpresas.

A primeira foi a diferença entre a carga genética dos antepassados paternos e maternos. Enquanto a maioria das linhagens paternas dos brasileiros brancos é de origem europeia (cerca de 90%), grande parte das linhagens maternas é de origem ameríndia e africana (cerca de 60%). Ou seja: a maioria tem traços europeus herdados dos antepassados masculinos e traços indígenas e africanos herdados da mãe. A ciência comprova que o colonizador europeu não se fez de autoridade em ter uma descendência numerosa com escravas e nativas.

A segunda surpresa está relacionada à falta de relação entre a cor da pele e a origem genética dos brasileiros. “A cor, no país, diz pouco sobre a origem de uma pessoa”, diz Sérgio Pena. “Cerca de dois terços das amostras genéticas de pessoas de cor branca não eram de origem europeia.” Esses dados revelam que, no Brasil, a classificação de pessoas pelo aspecto físico é inútil, já que, geneticamente, muitos brancos podem ser considerados negros... e muitos negros podem ser considerados brancos.(RODRIGO CAVALCANTE, 2005).

Esta questão da miscigenação no Brasil apontando para o cruzamento biológico nota-se de que em algumas concepções de autores brasileiros, principalmente por Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha dentre outros. Nas suas explicações encontra-se a ideia de que a posição social de desprestígio do Brasil e do próprio negro é por causa dos genes fracos, inferiores e, assim eles deixam claro a dificuldade do progresso do país e em alguns desses autores deixam evidente o sonho de uma nação uniforme.

Entretanto, o sistema escravista, enquanto estratégia social, econômica e política, foi uma experiência crucial para os negros, visto que os europeus, convencidos de sua superioridade, tinham um total desprezo pelo negro no mundo inteiro, apesar de todas as riquezas que dele tiraram. A necessidade de manter a dominação por suas vantagens econômicas e psicossociais levaram defensores da situação colonial a recorrerem não



somente a força bruta, mas, a outros recursos de controle, como o de querer desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais (ALBERTI; PEREIRA, 2005 apud MUNANGA, 1988, p. 9).

O negro foi escravizado durante séculos, por representar fonte de lucro e acúmulo de capital para a economia brasileira. No decorrer dos anos começaram a se fortalecer no Brasil ideais abolicionistas. Em 7 de novembro de 1831 foi promulgada a Lei de extinção do tráfico negreiro, determinada pelo governo inglês, que além de não ser cumprida em nenhuma de suas disposições, resultou no aumento do comércio ilícito de escravos, elevação do seu custo, ampliação da margem de lucro dos traficantes (comerciantes ilegais) e também no morticínio em massa de africanos, pois quando um navio negreiro se deparava com a armada naval inglesa, os negros, geralmente acorrentados, eram lançados ao mar.

Um dos fatores que contribuíram com o declínio do sistema escravista no Brasil foi a acentuada pressão da Inglaterra, que exercia grande influência nos países subdesenvolvidos, para proibir o tráfico de escravos (FERNANDES, 1971, p. 56-57 apud ALBERTI ; PEREIRA, 2005.). A Inglaterra passava pela Revolução Industrial e expandia os seus negócios, incentivando assim, a substituição da mão-de-obra escrava pela livre para ampliar os seus consumidores. Outro fator que contribuiu significativamente com a queda da exploração dos escravos no Brasil foram às diversas formas de resistência dos negros à instituição fundamental da escravidão. A resistência dos escravos, o medo de suas rebeliões e o problema dos escravos fugitivos, que muitas vezes, os senhores se deparavam com limitações impostas pelas ações dos escravos. (SCHWARTZ, 2001, p. 219 apud ALBERTI; PEREIRA, 2005).

A história do negro no Brasil foi tratada com desdém e transmitida de maneira inferior e desvalorizada, principalmente em relação à sua resistência. Há muito para não dizer até hoje, acreditava-se que o negro escravizado sofreu de maneira passiva ao tratamento desumano praticado pelos escravizadores. Segundo Kabengele Munanga, essa visão equivocada tem efeitos não só na autoestima, mas também na identidade dos negros, pois são taxados como indolentes preguiçosos e conformistas diante da escravidão.

A história do negro no Brasil não significou passividade nem apatia, mas sim, luta e organização, pois, diante dos limites impostos ao africano escravizado, os esforços na luta pela liberdade manifestavam coragem e a indignação diante da escravidão e não a passividade. Esse processo de luta e indignação pode ser definido por

resistência negra. A insubmissão às regras do trabalho nas plantações, os movimentos de ocupação de terras, as revoltas, as fugas, os assassinatos de senhores, foram algumas das estratégias usadas pelos negros contra o sistema escravista (ALBERTI; PEREIRA, 2005 apud MUNANGA; GOMES, 2006, p. 26).

Portanto o conhecimento é base para sairmos da alienação<sup>1</sup>, porque aquele que conhece vai à busca de seus interesses e direitos, o sujeito tem poder para lutar por seus ideais. Quando o ser humano se conhece ele se torna livre e multiplica esta liberdade em outras liberdades; este sujeito será capaz de assumir uma cultura, uma religião e declarar o seu pertencimento a um determinado grupo racial, branco ou negro, asiático ou indígena. E para que todos tenham esse conhecimento não se tem um melhor caminho há não ser pela Educação gratuita e de boa qualidade. Faz-se necessário entender como se deu esse processo para poder haver uma convivência sem preconceitos e sem discriminações, sobretudo a racial.

Os pensadores brasileiros na construção de idéias sobre a questão da mestiçagem no Brasil foram buscar referências teóricas nos cientistas europeus e americanos. Ao beberem desta fonte podemos analisar que muitas coisas negativas também foram absorvidas em torno deste debate tão ambivalente.

Na questão de saber se a população brasileira, oriunda do cruzamento entre três raças (branca, negra, índia) tem boa convivência e, por conta desse cruzamento o Brasil está dividido culturalmente nessas culturas tornando assim difícil construir um único conceito de mestiçagem e ganha destaque aos pensadores brasileiros: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana e Gilberto Freire. Neste grupo há posicionamentos diferentes referentes a este conceito.

A concepção de Sílvio Romero é de que a questão da mestiçagem no Brasil seria apenas uma fase transitória e que o processo de branqueamento levaria de seis ou sete séculos. Para Nina Rodrigues no lugar da unidade sugerida por Sílvio Romero, deveria haver a institucionalização e a legalização da heterogeneidade, através da criação de uma figura jurídica de responsabilidade penal. Isto é, deveria ser criados mecanismos penais diferentes, a exemplo do Código Penal que para este médico-pesquisador deveria

---

<sup>1</sup> O conceito de alienação é trabalhado em várias áreas. Na psicologia e na psiquiatria, alienação é definida como o estado mental enfraquecido e a pessoa alienada não estabelece ligação com o mundo que a circunda; na antropologia, alienação é o estado que em um processo de imposição do colonizador é forçado a abandonar os seus valores culturais, a sua identidade cultural; na sociologia, alienação marca o desvio do interesse das pessoas que influenciadas pelos meios de comunicação de massa ficam envolvidas no consumismo, no processo de consumo de produtos artificiais.

ser diferenciado: um código para branco e outro para negro, uma vez que este elemento étnico já nascia com tendência natural para a criminalidade. E este serviria para gerir as desigualdades das raças. (MUNANGA, 2008, p. 51), (LEITE, 1992, p. 183).

A respeito do conceito de mestiçagem a partir do que coloca Dante Moreira Leite sobre as concepções de Sílvio Romero o Brasil estava composto de raças então consideradas inferiores, para Sílvio Romero seria necessário considerar que o país estaria irremediavelmente condenado a ser dominado por raças superiores.

Já Sílvio Romero considerava que da fusão e integração das raças e culturas surgiria o mulato, tipo caracteristicamente nacional. Mas o predomínio racial e cultural seria da raça e da cultura brancas, devido à extinção do tráfico negreiro, à dizimação dos índios, e à imigração branca/européia. Assim, a miscigenação serviria, antes de tudo, ao branqueamento da população e ao predomínio do branco no tipo caracteristicamente nacional. (COSTA, 2009, p.2)

Sílvio Romero convencido da inferioridade racial do brasileiro tentaria um esquema futuro que permitisse a integração do brasileiro no desenvolvimento racial da humanidade. (LEITE, 1992, p. 183), (MUNANGA, 2008, p. 51). Assim Sílvio defendia o branqueamento da população.

Sílvio Romero ao dizer que existem preconceitos sobre as raças inferiores apresenta em ideia principalmente na sua análise de raça como (sub-raça) que surgia devido à reunião das raças (portugueses, os índios e os negros) e sobre as concepções de clima do Brasil. Vista então a partir da ideia de cientista europeu, ele classifica o clima quente e prejudicial à saúde e a pele, causando certa degeneração provocada pelo clima. Assim argumenta dizendo:

...os portugueses, os índios e os negros, (...) que a reunião da raça branca - que às vezes denomina ariana – com as outras permitiu a “formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia”. (...) com o progressivo branqueamento da população; outras vezes, pregava a necessidade da imigração para que se compensasse com sangue novo, a degeneração provocada pelo clima. (LEITE, 1992, p. 186-187).

Para ele a sub-raça não deveria existir ou deveria desaparecer e para isso buscava teorizar algumas idéias que acabava percebendo que não tinha sentido nenhum. E isto só comprova o preconceito de Sílvio Romero em insistir no branqueamento da população, e na necessidade também de manter a imigração. Preconceito encontrado

também na sua descrição do negro na África, onde procura mostrar todos os aspectos aparentemente desagradáveis. (LEITE, 1992, p. 189).

Alguns temas predominantes nos pensadores brasileiros são enunciados por Nina Rodrigues nos séculos XX, principalmente de que o sul do Brasil era colonizado por brancos, e de onde o negro acabaria por ser eliminado, assim se opondo ao Norte, região dominada pela “inércia e indolência, o desânimo e por vezes a subserviência”, para Nina Rodrigues os mestiços eram preguiçosos, ou seja, indolente, sem atividade ou ação. (LEITE, 1992, p. 219), (MUNANGA, 2008, p. 54).

Nina Rodrigues vê na mestiçagem um produto e um resultado diametralmente oposto por Romero, em vez do Brasil caminhar para o branqueamento, estava indo para o enegrecimento, ou seja, o escurecimento ou tornar-se negro. Acreditava que o processo de branqueamento se daria em apenas no sul do Brasil, certo de que o determinismo climático dividiria entre o sul branco e o norte mestiço. (MUNANGA, 2008, p. 53 - 54), (LEITE, 1992, p. 219).

Para Euclides da Cunha existiam vários a heterogeneidade racial devido aos cruzamentos e ao meio físico e à variedade de situações históricas. Para ele, o mestiço, traço de uma união de raças, é quase sempre um desequilibrado, um decaído, sem energia física dos ascendentes selvagens e sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores. No pensamento de Euclides da Cunha, o Brasil não pode ser considerado como um povo, uma nação, porque é etnologicamente indefinido por falta de tradições nacionais uniformes. Em Euclides da Cunha, o mestiço do interior do Norte já estaria se constituindo em raça e, futuramente, seria capaz de desenvolvimento mental. (MUNANGA, 2008, p. 54 - 57) (LEITE, 1992, p. 208).

Dentro da concepção de que o homem do sertão é forte, basear-se Euclides no fato também de o Brasil não ter uma unidade de raça e, depois, a ideia de que o sertanejo é a “rocha viva da nacionalidade”. Para ele o sertanejo constituía uma raça e, a partir dela, o Brasil podia desenvolver uma nação autêntica. (LEITE, 1992, p. 209).

Alberto Torres achava necessário destacar a importância do nacionalismo para um país jovem, e que jamais chegaria à idade da vida dinâmica sem fazer-se nação, isto é, sem formar a base estática. O grande problema para ele não estava na diversidade racial, mas sim na inadequação entre a realidade do país e as instituições tomadas de empréstimo das nações antigas, o que resultava na alienação da realidade nacional. (MUNANGA, 2008, p. 58 - 59), (LEITE, 1992, p. 257 - 258).

Alberto Torres por sua vez compreendia muito bem a ausência de verdadeiros centros de cultura no Brasil da época, decorrente das desorientações dos intelectuais, aprendidas através de resenhas bibliográficas de jornais e revistas. Neste ponto Alberto se aproxima de Manoel Bonfim que mostra como importamos as doutrinas racistas dos europeus, sem perceber que elas nos levariam a negar qualquer futuro no Brasil. Alberto Torres se opõe nitidamente aos ideólogos da época: em vez de admitir que o brasileiro é indolente, admite que não tem oportunidade de trabalho. (LEITE, 1992, p. 257 - 258). (MUNANGA, 2008, p. 58 -59).

Manoel Bonfim assim como Alberto Torres, discordava das doutrinas racistas na sua época. Para ele, Manoel Bonfim, os problemas eram herdados da era colonial, e que sua mentalidade era de ficar rico depressa, como também da ausência de tradição científica ou empírica, combinadas com uma cultura hiperlegalista, o conservadorismo político e a ausência de organização social, figuram entre os elementos que explicavam o atraso do Brasil, ao falar-se de progresso. (MUNANGA, 2008, p. 59), (LEITE, 1992, p. 254).

A partir de uma análise feita sobre a teoria de superioridade e inferioridades das raças, Manoel Bonfim concluiu que esta teoria é apenas uma justificativa europeia para o domínio e escravização do resto da humanidade. Isso pode ser verificado pela oscilação no desenvolvimento dos povos. Se a teoria era correta, não se compreenderia que os povos considerados bárbaros pelos gregos pudessem chegar a ser os mais adiantados do mundo. Afasta, igualmente, a teoria dos efeitos regressivos dos cruzamentos; sustenta que os defeitos apontados nos mestiços resultam da falta de educação, do abandono em que vivem. (LEITE, 1992, p. 254), (MUNANGA, 2008, p. 59).

Na concepção de João Batista Lacerda, ele rejeitava a teoria de que os fatores de cruzamentos de animais podiam ser aplicados a seres humanos, ele pensava que o cruzamento de preto com branco não produz progeneritura de qualidade intelectual inferior. João Batista Lacerda afirmava que os filhos de mestiços apresentariam na terceira geração todos os caracteres físicos da raça branca. Usando as estatísticas de Roquete Pinto, Lacerda fez uma projeção da composição racial da população brasileira até 2012.

Em comunicação apresentada junto ao primeiro Congresso Internacional das Raças, na condição de representante da República dos Estados Unidos do Brasil, Lacerda afirma que dentro de um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América. O Brasil, então, tornar-se-á um dos principais centros civilizados do mundo (LACERDA; 1911 apud ROCHA, 2011).

Já Edgar Roquete Pinto ao compartilhar dos fundamentos racistas de Euclides da Cunha em “*Os Sertões*”, não concorda com sua teoria e acha lamentável a ignorância na qual vivia mergulhado o negro brasileiro, e diz que, se este tivesse recebido uma educação apropriada, seria capaz de grande progresso, como ocorreu nos Estados Unidos. (MUNANGA, 2008, p. 61).

Segundo Oliveira Viana, os mestiços são produtos históricos dos latifúndios e que a tendência do mestiço era limpar-se de sua bastardia originária. Os termos Mameluco e Mulato ambos seriam utilizados para combater e destruir os quilombos. Ele acredita no mulato inferior e superior, um resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior e o ou do cruzamento do branco com o preto do tipo superior. Oliveira Viana acreditava no atavismo da mestiçagem, onde retornaria as características físicas, morais e intelectuais das raças originais, então para ele todos os mestiços “superiores” e “inferiores” seriam definidos por uma aparência mais ou menos negróide. (MUNANGA, 2008, p. 62 -68), (LEITE, 1992, p. 222 - 227).

Oliveira Viana em sua obra satisfazia a inquietação de nobreza rural e parte da população brasileira. Ele era incapaz de acompanhar as ciências sociais de sua época de forma que quanto menos a ciência justificava suas afirmações, mais ele teorizava exercitando uma imaginação gratuita e grosseira. Dizem os críticos que Oliveira Viana era mulato escuro, o que leva a supor que sua teoria do arianismo e da aristocracia é de que era uma forma de identificar-se com o grupo dominante, deixando em aberto para os críticos de que até que ponto ele não falseou nossa história e nossos problemas. Sobre o cruzamento oliveira Viana comenta que os mulatos, mamelucos e os cafuzos não gostam de trabalhar, para ele se construiria a ralé. Em sua concepção nem todos eram assim, há porem mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência. (LEITE, 1992, p. 222 - 227), (MUNANGA, 2008, p. 62 - 68).

A grande contribuição de Gilberto Freire neste cenário é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida,

trajes e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina Rodrigues e de outros causava danos irreparáveis ao Brasil, era por ele vista como uma vantagem imensa. A respeito da mestiçagem, ele entendia que as três raças trouxeram também suas heranças culturais aos cruzamentos raciais, dando origem a outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia de dupla mistura, brotou lentamente o mito da democracia racial. (MUNANGA, 2008, pp. 76 - 77), (LEITE, 1992, p. 271).

Quando Gilberto Freire publicou a sua obra *Casa-grande & Senzala* em 1933, o livro foi interpretado como uma afirmação corajosa de crença no Brasil, no mestiço e no negro, sobretudo se pensarmos no prestígio de um escritor como Oliveira Viana e no predomínio das doutrinas racistas que dariam base ideológica ao nazismo. Com a independência e com a luta dos negros norte-americanos a posição de Gilberto Freire fica em desacordo. Dessa forma resulta que Gilberto Freire é hoje, pelo menos no Brasil, considerado por alguns como um intelectual de direita, aceito pelos grupos de poder, mas não pelos jovens intelectuais.

O pensamento de Gilberto Freire apesar de expressões mais modernas e mais científicas sobre vários aspectos, não está muito longe do de Oliveira Viana. Como este Gilberto Freire idealiza o passado brasileiro, encontrando homens e famílias que construíram tudo de bom no Brasil. É verdade de que Oliveira Viana fala em raças superiores e inferiores, enquanto Gilberto Freire prefere sugerir uma genética familiar e não racial, no entanto quanto as suas consequências, as teorias não são tão diferentes quanto se pensa, pois ambos veem o Brasil atual como uma forma de decadência, de deturpação de formas autenticas. (LEITE, 1992, p. 271- 283), (MUNANGA, 2008, p. 76 - 77).

## Considerações finais

Assim percebe-se a grande importância de cada vez mais estudar e debater esse processo tão antigo e tão novo em discussões acadêmicas. E o que se pode notar é uma ruptura em torno da concepção de mestiçagem no Brasil. Na minha concepção admitir a diversidade cultural entre as raças não significa a diversidade de seres humanos, então, ser humano não implica cor, raça ou religião, o ser humano é simplesmente aquele que têm direitos e deveres perante a sociedade. Penso que, deve-se haver uma transformação na perspectiva de construção de novas relações sociais onde o ser humano seja o centro.

Ao ler e refletir Kabengele Munanga e Dante Moreira Leite e os autores citados por eles, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Gilberto Freire e Oliveira Viana, sobre o mestiço no Brasil, notei que em muitas passagens eles não simplificaram as palavras em demonstrarem todo o seu preconceito racial. Não importa a razão ou circunstância que cada um deles teve para nomear a categoria de negros, afrodescendentes ou mestiços, por que o que realmente importa hoje são as consequências registradas em nossa história através desses discursos acadêmicos, posteriormente influenciados pelos cientistas europeus. Porém, não posso negar que não deixaram de ter também suas contribuições, nem que sejam para os estudos acadêmicos.

Já os autores Alberto Torres, Manoel Bonfim, Edgar Roquete Pinto, João Batista Lacerda, comungavam de idéias opostas pelos os autores citados acima. Eles ao contrário não tinham interesses de formar uma teoria do tipo étnico racial brasileiro, enquanto nação. Em suas concepções nenhum povo é formado por uma raça homogênea, e nem por isso o mestiço não será capaz de Progredir. Todavia o problema nacional não está na diversidade racial, mas na inadequação entre a realidade do País.

Eu compartilho também desta ideia de que a diversidade racial não é um problema social. Acredito que o problema é a falta de conhecimento, a falta de informações que façam as pessoas pensarem, refletirem e a se questionarem, ou seja, a falta de uma Educação que de fato assumo o compromisso de educar segundo tudo o que está garantido pela Constituição Federal, pela Lei 9394/96 e também pela Lei 10.639/03, porque não acredito que haja progresso sem conhecimento, sem educação de qualidade.



No entanto, tenho firme posição de que é através do ensino público que se pode oferecer o ensino que venha a garantir aos educandos a possibilidade de ascensão intelectual em qualquer de seus níveis conforme a capacidade, aptidão e aspiração de cada um e também do aparato oferecido pela escola, independentemente da situação econômica do aluno, cor ou raça.

Compreendo de que a escola é um espaço institucional que deve oferecer educação popular igualitária para todos gratuita e de obrigação do Estado, pensando também na formação das habilidades necessárias para uma participação efetiva e influente na sociedade, que não seja simplesmente saber ler, escrever e contar, mas habilidades como pessoas críticas e capazes de refletir sobre os problemas e efetivar ações na sociedade, seja ele no que diz respeito à política, movimentos sociais, cor, raça, religião e etc. ,respeitando sempre o direito do outro.

Enfatizo que o conceito de raça é uma construção social e histórica, produzida no interior das relações sociais e de poder, ao longo do processo histórico, e uma pessoa para ter a ruptura deste processo pode-se levar muito tempo. Assim como eu, passei muito tempo estudando e a minha ruptura sobre a construção social e histórica do nosso país, só se deu quando comecei meus estudos acadêmicos. No entanto fico a refletir quantos tantos ainda são como eu era, mas o que realmente importa é que aos poucos estamos construindo um futuro melhor para nosso país, com pessoas mais conscientes de sua realidade histórica social e cultural.

Este processo de conscientização vem de muito tempo, mas para continuar com mais eficácia caberá aos administradores dos sistemas de ensino promover as escolas, professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos nas escolas, para evitar que questões tão complexas, como a questão da miscigenação no Brasil, seja abordada de maneira resumida, incompleta, ou seja, com erros e contradições. È importante destacar que o estudo de temas decorrentes da história e cultura afrodescendentes e africanas não se restrinjam á população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural e pluriétnica, sendo sujeitos capazes de construir uma nação democrática e não uma nação racial.

## Referências

\_\_\_\_\_. Questão etnicorracial: uma problematização sobre a lei 10.639/03 e seus desdobramentos. **Disponível em:**

<<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/PRIMEIRO%20OTEXT0.PDF>>.

Acesso em: 16 de jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.003, de 03 de outubro de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

\_\_\_\_\_. Rodrigo Cavalcante. A cara do brasileiro. **Disponível em:** <<http://super.abril.com.br/cultura/cara-brasileiro-445905.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1504.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1504.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2012.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **LDB**. Brasília, 20 de dezembro de 1996, 185º da Independência e 108º da República. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 18 de jun. 2012.

COSTA, Roseli Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 94-120 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/06.pdf>> Acesso em: 21 de junho de 2012.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Brasil Afor-brasileiro. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996 (Coleção leitura).

KOK, Glória Porto. **A escravidão no Brasil colonial**. 6ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 5ed. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3ed. Belo Horizonte: autêntica, 2008.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. 2ed. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROCHA, Eduardo. “*Senhor de engenho, eu sei bem quem você é*”: racionais mc’s e a desconstrução político-cultural da nacionalidade. **XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais** - Diversidade e (Des) igualdade, Salvador, 2011. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307128683\\_ARQUIVO\\_EduardoCONLAB.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307128683_ARQUIVO_EduardoCONLAB.pdf) Acesso em: 21 de junho de 2012.